

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL

Nesimar do Vale Madeira*

Resumo: O estudo centra-se na Lei, nº 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileira em todos os estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio. O objetivo geral é compreender a importância da Formação Continuada de professores para a diversidade Etnicorracial, e os objetivos específicos, Identificar o que os professores conhecem da lei. Conhecer a importância da formação continuada para a educação Etnicorracial. Detectar os conflitos de natureza étnica e racial que se faz presente na discussão sobre a lei e sua implementação. O problema a ser investigado trata-se do desconhecimento da lei pelos professores e sua aplicabilidade em sala de aula. Adota a abordagem Quali-quantitativa. Utiliza a Pesquisa de Campo do tipo Estudo de Caso, com professores da Rede Municipal de Ensino de São Luís. Os resultados da pesquisa apontam que muitos professores embora conheça a lei, não colocam em prática na sala de aula; em relação aos conflitos étnicorraciais, ainda existe resistência por parte de muitos professores em aprofundar essas discussões o que constitui um indicativo do quanto ainda é preciso avançar, e que o preconceito é dissimulado; a rede municipal não oferece formação continuada suficiente sobre a diversidade etnicorracial para que os professores possam colocar em prática.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Formação Continuada; Educação Etnicorracial; Legislação.

Abstract: The study focuses on Law 10.639 / 03 which made compulsory the teaching of history and african-Brazilian culture in all primary education establishments and East. The overall goal is to understand the importance of Continuing Education of teachers for etnicorracial diversity, and specific objectives, identify what teachers know the law. Knowing the importance of continuing education for etnicorracial education. Detect conflicts of ethnic and racial nature which is present in the discussion on the law and its implementation. The problem to be investigated it is the ignorance of the law by the teachers and their applicability in the classroom. Adopts Quali-quantitative approach. . Uses the type of Field Research Case Study with professors from the St. Louis Municipal Education Network Survey results show that although many teachers know the law, do not put into practice in the classroom; in relation to étnicorraciais conflict, there is still resistance from many teachers in furthering these discussions which constitutes an indication of how much we still need to move forward, and that prejudice is disguised, the municipal system does not offer sufficient continuing education on etnicorracial diversity to teachers to put into practice.

Keywords: Educational policies; Continuing education; Education Etnicorracial; Legislation.

*Licenciada em História, Bacharel em Biblioteconomia, Mestre em Educação, Professora da Rede Pública Municipal e Estadual de Educação de São Luís/MA.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada em 2013, em escolas da rede municipal de ensino. A partir de 2003, o Ministério da Educação comprometido com as políticas afirmativas do governo federal, vem instituindo e implementando medidas e ações objetivando corrigir as injustiças a fim de eliminar o processo de discriminação e promover a integração social, através da aprovação da Lei 10.639/03, que altera artigos da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional e torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica.

Qual a importância da Lei 10.639/03 para a educação etnicorracial? Como colocar em prática os conteúdos? Quais são os desafios que precisamos enfrentar? Como essa lei pode ajudar a melhorar a autoestima dos alunos na escola? São tantos questionamentos, que fazemos sempre que deparamos com algo que se diz novo.

O foco central da pesquisa é a formação de professores do ponto de vista das questões étnicorraciais, tendo como objetivo geral compreender a importância da formação continuada de professores para a diversidade etnicorracial desdobrando-se em objetivos específicos: Identificar o que os professores conhecem da Lei 10.639.03; conhecer a importância de formação continuada para a educação etnicorracial e detectar os conflitos de natureza étnica e racial que se faz presente na discussão sobre a lei e sua implementação.

A percepção do problema se evidenciou a partir prática em sala de aula, e a observação sobre o desconhecimento da lei por uma parte de alguns professores e as dificuldades de colocar em prática, percebendo sua aplicação somente em projetos na semana da consciência negra, ou seja, 20 de novembro. O problema investigado: Os professores não conhecem a lei 10639/03 ou não sabem como colocar em prática?

Para este estudo desenvolveu-se uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório por meio da pesquisa bibliográfica com o estudo de diversos autores, como: Cavalleiro (2001), Bernardino (2013), Guimarães(2005), Gramsci(1995) Schwarcz (2001), Marconi(1996), Sampierre (2004) e outros, seguido de uma pesquisa de campo do tipo estudo de caso, descritivo e retrospectivo. Adotou-se como instrumento de coleta de dados um questionário aplicado aos professores da rede municipal de educação em São Luís, Maranhão, no ano letivo de 2013.

Para responder a problematização foram levantadas as seguintes hipóteses: A maioria dos professores desconhece a Lei 10939/03 e por isso não coloca em prática na sua

sala de aula; Os conflitos de natureza étnicorracial ainda se faz presente na discussão sobre a lei e sua implementação. As formações continuadas oferecidas pelo município não consegue atender as necessidades dos docentes no que se refere à temática.

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS

Para que a relação étnicorraciais se constitua em temática educacional faz-se necessário proporcionar formação continuada visando sensibilizar e capacitar professores e professoras e demais profissionais da educação a fim de promover uma reeducação das relações entre diferentes grupos étnicorraciais que compõem a população brasileira, ou seja, os descendentes de africano, de europeus, asiáticos e povos indígenas. O trabalho de formação é indispensável para uma educação de qualidade que se processa na escola e se reproduz na sociedade como um todo possibilitando o reconhecimento e a valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos no país.

A escola deveria em seu interior encontrar soluções pedagógicas que se adequasse as características e necessidades dos alunos das camadas populares, buscando assegurar condições mais vantajosas para reivindicar os direitos e lutar por uma sociedade mais justa.

A inserção da temática no currículo escolar pode ser considerada como uma reparação, através de uma política de ação afirmativa na educação visando oferecer à população afrodescendente, além da possibilidade de ingresso, a permanência e sucesso na educação escolar, com a valorização do patrimônio histórico cultural afro brasileiro e afirmação de direitos. Para tanto os professores e as professoras, principalmente, deverão ser formados para uma mudança de postura no trato com as crianças, adolescentes e adultos negros e negras. O conhecimento da história e cultura afro-brasileira e africana poderá contribuir para que o mito da democracia racial existente na sociedade brasileira seja de vez desconstruído, uma vez que o mesmo vem perpetuando a crença de que as pessoas negras não ocupam o lugar que lhes cabem por outras razões que não sejam as seculares desigualdades.

Uma política educacional voltada para a valorização da diversidade poderá contribuir para a superação do modelo eurocêntrico e das desigualdades étnicorraciais presentes na educação escolar brasileira nos diversos níveis e modalidades de ensino, questionando as relações existentes e baseadas em preconceitos e estereótipos que desqualificam a pessoa negra, através de estigmas, palavras e atitudes depreciativas, apelidos racistas, piadas de mau gosto que ridicularizam brasileiros ou afros brasileiros, mesmo que de

forma mascarada, culminando em sentimentos de inferioridade, de um lado, e de outro lado, reafirmam sentimentos de superioridade em relação aos afrodescendentes.

A política de ações afirmativas, ou seja, o conjunto de ações políticas destinadas à correção das desigualdades raciais e sociais, com a oferta de um tratamento diferenciado a fim de que sejam corrigidas as desvantagens que prejudica a maioria da população brasileira, contribuirá para que medidas coerentes com um projeto de escola, educação e de formação de cidadãos e cidadãs sejam coerentes nas relações pedagógicas.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Pensar em educação é refletir sobre as questões que a envolvem, é tentar compreender as contradições que permeiam o sistema de ensino, entre as quais podem ajudar a transformar a realidade, principalmente nesse período em que algumas mudanças são rápidas, especialmente as reguladas pela economia global e pelas tecnologias de informação, que interferem nas tomadas de decisões públicas e privadas, locais e regionais.

A formação é prioritária para a mudança do contexto educacional, grande parte dos educadores ainda não reconhece a diversidade e a diferença, por conseguinte não tem transformado sua prática. Durante muito tempo, a relação excludente presente na prática social mais ampla, fez com estudantes pertencentes às etnias oprimidas fossem submetidas ao fracasso escolar. Várias teorias tentavam explicar esse fracasso com base em características biológicas e apontaria uma suposta inferioridade genética relacionada à raça (etnia). Essa perspectiva serviu para que os governantes e formuladores de políticas neoliberais e conservadoras legitimassem a eliminação dos direitos sociais e educacionais de pobres, mulheres e negros.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a educação escolar historicamente tem sido uma das aliadas para que essas “minorias” assumissem posições inferiores. Assim, a identidade étnica e racial é também uma questão de saber e poder. Necessita-se urgentemente recontar a História da África, da diáspora e das consequências desses fatores na colonização do Brasil, pois esses fatos têm repercussão na vida dos afrodescendentes. A trajetória escolar do negro foi muito mais difícil se comparado às crianças brancas, sobretudo devido às dificuldades financeiras e sua inserção precoce no mercado informal de trabalho, o que contribui para a repetência e a evasão, e ainda assim:

É flagrante a ausência de um questionamento crítico por parte dos profissionais da escola sobre a presença de crianças negras no cotidiano escolar. Esse fato, além de confirmar o despreparo das educadoras para relacionarem com os alunos negros evidencia, também, seu desinteresse em inclui-los positivamente na vida escolar. Interação com eles diariamente, mas não se preocupam em conhecer suas especificidades e necessidades. (CAVALLEIRO, 2001, p.35).

O desafio apresenta-se como uma forma de propor novas metodologias para o ensino de estudos étnicos, reformulação de currículos e ambientes escolares, articulando cultura e identidade; desempenho escolar e diversidade cultural; criar ações de oportunidades de sucesso escolar para todos os alunos independente do seu grupo social, etnicorracial, religioso, político e de gênero; valorizar a importância da diversidade étnica e cultural na configuração de estilos de vida. Prioritariamente a formação do professor.

CAMINHOS PERCORRIDOS PELA PESQUISA

A definição dos caminhos para a investigação implicou em buscar bases teóricas que fundamentassem o objeto de estudo, isto é, a importância da formação continuada de professores para a diversidade etnicorracial, da rede municipal de ensino de São Luís/MA.

Para o desenvolvimento da pesquisa, recorreu-se à abordagem qualitativa e quantitativa, sendo a abordagem qualitativa predominante sobre a quantitativa, com amostra não probabilística, uma vez que é o investigador quem escolhe a amostra seguindo alguns critérios de acordo com o problema e objetivos da investigação, a escolha deu-se por parecer a mais indicada para o estudo em tela haja vista a possibilidade de trabalhar com dados estatísticos e informações não mensuráveis.

A metodologia caracterizou-se, inicialmente, como exploratória por meio da Pesquisa Bibliográfica, uma vez que permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, sendo necessário iniciar um processo de sondagem, com vistas ao aprimoramento de ideias; por meio da revisão de literatura a cerca do assunto e diálogos com os sujeitos pesquisados.

Em um segundo momento, caracterizou-se, como Pesquisa de Campo, do tipo Estudo de Caso, descritivo, retrospectivo. Este estudo, de acordo com Yin (2001), é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu

contexto. Por sua vez, para Sampieri (2004, p.330) “el estudio de caso es una elección de método, sino del “objeto” o la “muestra” que se va a estudiar”

População Alvo e amostra

O locus da pesquisa foi Escolas Municipais de São Luís/Maranhão durante o ano letivo de 2013, o município de São Luís está localizado no Estado do Maranhão, na Região Nordeste, possui 1.014.837 de habitantes, com 170 escolas e atende 112.879 alunos. Para acolher essa quantidade de alunos a prefeitura municipal conta com 5.423 professores e 8.100 funcionários, entre apoio administrativo e coordenadores e outros profissionais.

Selecionou-se como sujeitos, o universo da pesquisa pertencente ao contingente de 140 professores, das disciplinas de História, Arte e Português/Literatura, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, turno vespertino, desse universo, 60 são professores de História, 40 professores de Língua Portuguesa e 40 professores de Arte distribuídos em sete núcleos da rede municipal de ensino do Centro, Itaqui Bacanga, Anil, Turu/Bequimão, Coroadinho, Cidade Operária e Rural, que estavam participando de formação continuada oferecida pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação), do qual se selecionou uma amostra não probabilística de dez por cento (10%) que corresponde a catorze (14) professores. A intenção em trabalhar com estes sete núcleos recaiu no entendimento de que dentro das conjunturas que os formaram não dá para emitir parâmetros homogêneos pelo fato de que cada núcleo possui características próprias de acordo com as peculiaridades de cada bairro que o compõem.

Para efeito desta pesquisa, adotou-se como forma de identificação dos sujeitos o critério alfa numérico, ou seja, utilizando a letra P para professor, seguido dos números de 1 a 14, de acordo com a ordem adotada na tabulação do questionário.

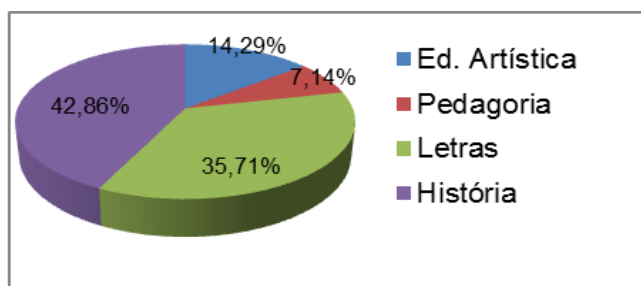
PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

Para proceder à análise dos dados lança-se mão das respostas dadas pelos sujeitos investigados e em seguida faz-se um agrupamento das questões de acordo com os assuntos investigados, complementando-se com relatos obtidos através das observações realizadas nas salas de aula onde estava acontecendo a formação continuada. O questionário possui o campo de identificação do professor, que corresponde às questões de 1 a 4. Conhecimento sobre a Lei 10639/03, questões de 5 a 7; Projeto Político Pedagógico e conteúdo de África na Escola,

questão 8; envolvimento da Gestão na aplicabilidade da Lei, questão 9, dificuldades enfrentadas para o cumprimento da Lei, questão 10; preconceito, racismo e discriminação no contexto escolar, contido nas questões 11 e 12 e o último bloco de assunto trata-se da Formação Continuada que corresponde as questões 13 a 16, dados que serão apresentados e analisados após a identificação dos professores investigados.

Em relação à formação acadêmica dos sujeitos, professores investigados, temos 6 formados em História, 5 em Letras, 2 em Educação Artística e 1 com formação em Pedagogia, conforme ilustra gráfico abaixo.

Gráfico 1: Formação Acadêmica dos Professores Investigados



Fonte: ICD1 – Questionário Aplicado com Professores

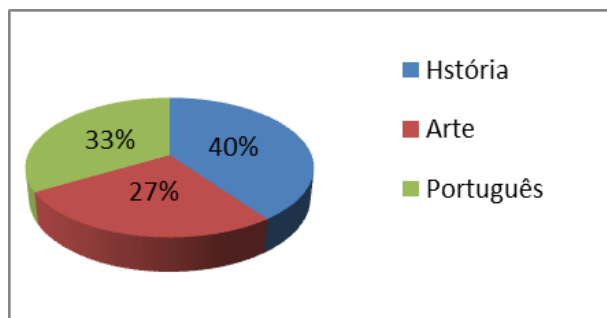
Observa-se no quadro que em relação às disciplinas ministradas pelos professores que 42,86% (6) deles são graduados em História e que lecionam a referida disciplina. 14,29% (2) professores são graduados em Educação Artística e lecionam a disciplina Arte. Entretanto, 7,14% (1) é licenciado em Pedagogia e leciona a disciplina Arte. Destaca-se que (35,71% (5) professores são graduados em Letras, mas que deste total apenas quatro 4 que corresponde a 80% lecionam a disciplina Português e 1, que corresponde a 20% leciona a disciplina Arte.

Destaca-se que na disciplina Arte, dois (2) profissionais possui a habilitação específica na área, ou seja, são graduados em Educação Artística, mas os demais são licenciados em Pedagogia e Letras e irregularmente ministram a disciplina Arte, conforme ilustra gráfico abaixo e dados inseridos no quadro 1 mostrado acima.

Esse dado é relevante, pois permite entender as práticas pedagógicas em sala de aula pelos professores, no contexto da educação etnicorracial a fim de verificar se os mesmos possui a habilitação para colocar em prática os conteúdos que preconiza a lei, e a formação profissional e muito importante desse contexto. A seguir apresenta-se no gráfico 2 as disciplinas lecionadas pelos investigados, que também se constitui em informação relevante, uma vez que de acordo com a série que o professor trabalha ira desenvolver determinados

conteúdos programáticos, e para isso o mesmo deve conhecer o assunto e a formação terá uma influencia direta sobre esse contexto, no gráfico abaixo se percebe que a maioria do professores são da disciplina Historia, que se constitui uma disciplina fundamental para a compreensão.

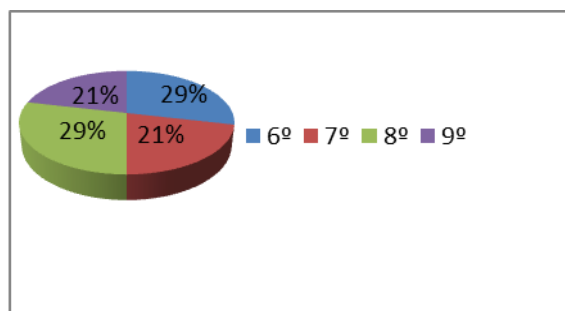
Gráfico 2: Disciplina lecionada pelos investigados



Fonte: ICD 1– Questionário Aplicado com Professores

A investigação busca evidências quanto à atuação dos professores nas salas de aulas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Desse modo, a relevância de destacar a atuação dos sujeitos nos referidos segmentos favorece a realização de planejamentos e de projetos na escola, campo da pesquisa. Assim, destaca-se que 29% lecionam no 6º e 21% lecionam no 7º ano, 29% são professores do 8º e 21% trabalham no 9º ano do Ensino Fundamental, conforme Gráfico nº 03.

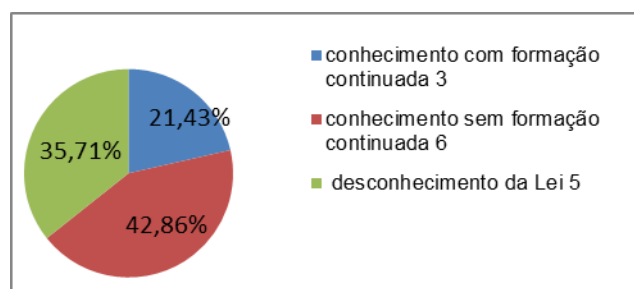
Gráfico 3: serie/ano lecionada pelos investigados



Fonte: ICD1 – Questionário Aplicada com professores

Procedendo a análise dos dados referentes ao questionário, as questões 5 a 7 tratam do Conhecimento que os professores têm sobre a Lei nº 10639/03 de acordo com o gráfico 4, três (21,43%) professores tem conhecimento e já participou de formação continuada a esse respeito, seis (42,86%) conhecem a lei mas não tem nenhum curso de formação continuada, e três (35,71%) não tem conhecimento da lei.

Gráfico 4: Conhecimento da Lei 10639/03



Fonte: ICD1 – Questionário Aplicado com Professores

Destaca-se a relevância de algumas respostas registradas na parte aberta da 5ª questão em que pergunta-se: Você tem conhecimento da Lei 10639/03 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana? Ressalta-se que as respostas transcritas pretendem evidenciar o nível de conhecimento que os professores têm sobre o assunto.

Eu já li algo sobre a lei 10639/03, não tenho nenhuma formação nessa área o que torna difícil trabalhar na sala de aula, pois quando estudei eu não vi nada disso na faculdade, o município deveria oferecer mais formação continuada pra gente, mas só sabem cobrar (P2).

Eu nunca nem tinha escutado falar dessa lei, estou tendo essa informação só agora e olha que já trabalho muito anos com a disciplina arte, e realmente agora percebi que tem muita coisa que se pode fazer na área de História da África. (P14).

Eu ouvi falar sobre essa lei em 2005 quando o município ofereceu uma formação continuada lá na casa do professor em 2005, achei tão interessante que fiz uma especialização nessa área e adorei, por isso tenho trabalhado com meus alunos esse assunto na sala de aula e em projetos na escola. (P13)

Percebe-se pelas respostas dos investigados que a maioria já leu ou tem conhecimento da lei, e demonstram a preocupação em estudar sobre a temática, mas não se verifica nas suas respostas como aplicam em sua sala de aula, e um professor afirma participar de discussões a fim de desenvolver projeto, não deixando clara a inserção da temática no seu conteúdo programático de sua disciplina.

Dando continuidade, na questão 6, pergunta-se: já participou de alguma formação sobre a Lei 10639/03? ou tem alguma formação ou curso na área? Transcreve-se a seguir algumas respostas dadas a essa questão:

Já participei de várias formações oferecidas tanto pelo município quanto por outras escolas que trabalho e tenho uma especialização em Historia da África, mas sei que ainda preciso estudar mais sobre o assunto. (P1)

Sempre que sou informada participo de formações continuadas pelo município, a última que participei foi em 2010, mas nunca fiz nenhuma especialização na área. (P5)

Já fiz uma especialização sobre Historia da África e participo de um grupo de discussão que organizamos na escola, onde fazemos leitura de material referente ao assunto para desenvolver projetos na escola. (P4)

Nota-se que pelas respostas dados pelos professores que alguns já participaram de formação oferecida pela rede municipal, contudo a maioria não possui nenhuma especialização na área.

Na questão 7 Você tem conhecimento da Lei 11.645/08 e que alterou a Lei 10639/03? O município está atendendo a essa modificação? Justifique. Apresentam-se abaixo algumas transcrições das respostas dadas pelos professores:

Não, na verdade não tinha conhecimento nem da lei 10.639/03, estou conhecendo agora, acredito que falta divulgação da lei entre os professores, as formações oferecidas pelo município não consegue atingir todos os professores (P 7)

Eu escutei um colega comentando na escola que trabalho, mas nunca tive acesso ao documento, só sei que trata da inclusão de conteúdos da educação indígena, e ainda não soube de nenhuma formação oferecida pelo município sobre essa lei, e nem como será colocada na prática. (P9)

Eu sabia, mas pra falar a verdade não vejo nenhuma novidade, pois esses conteúdos já vêm no próprio livro didático, e na semana do índio a gente sempre desenvolve algum projeto sobre a temática. (P5)

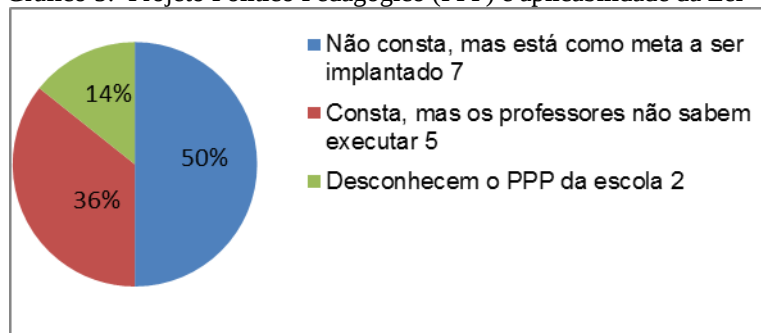
Percebe-se pelas respostas que os professores ainda fazem interpretações errôneas a cerca das modificações feitas na lei, uma vez que a temática objetiva resgatar as contribuições da população indígena, nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Na questão 8, pergunta-se: O Projeto Politico pedagógico da sua Escola consta como meta a inserção de conteúdos relativos a Historia da África e dos Afrodescendentes no Brasil?

Dos 14 sujeitos investigados 35% (5) disse que consta no PPP, mas desconhecia a maneira de executar a proposta, 50% (7) afirmaram que os PPP estavam sendo elaborados ou

reformulados e que a temática não constava, mas consta como meta a ser colocado 14% (2) declararam não conhecer e que nunca participaram da elaboração do projeto, visto que foi formulado somente pela direção e coordenações.

Gráfico 5: Projeto Político Pedagógico (PPP) e aplicabilidade da Lei

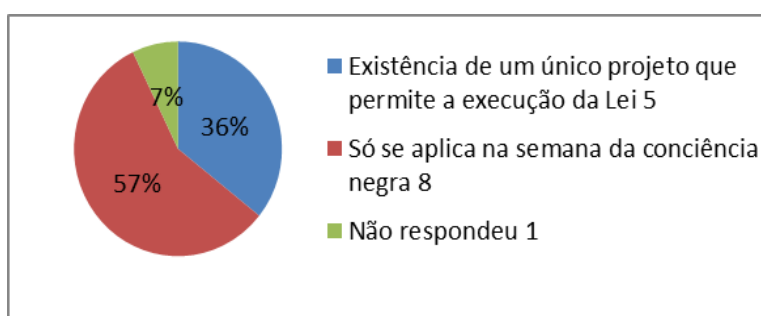


Fonte: ICD1 – Questionário Aplicado com Professores

Neste ponto, indaga-se a escola é democrática ou forja mecanismos de participação, Embora alguns dos professores investigados tenham ressaltado a importância do PPP e afirmar que os mesmos estavam em fase de reelaboração.

Na questão nº 9: A direção e coordenação da escola favorecem a aplicação da Lei? Das 14 escolas representadas na pesquisa 5 (36%) afirmam que existe um único projeto que permite a execução da lei, 8 (57%) diz que a lei só é aplicada na semana da consciência negra e 1 (7%) professor não respondeu a questão, esses dados são apresentados no gráfico 6.

Gráfico 6: Comprometimento da gestão escolar para implementação da Lei



Fonte: ICD1 – Questionário Aplicado com Professores

Nota-se pelos dados coletados nessa questão, que a direção não está comprometida para que a lei seja aplicada, uma vez a maioria dos investigados, 57%, afirmam que a lei 10639/03, só está sendo colocada em prática na semana da consciência negra, essa informação contraria o que determina a lei, no que diz respeito ao ensino

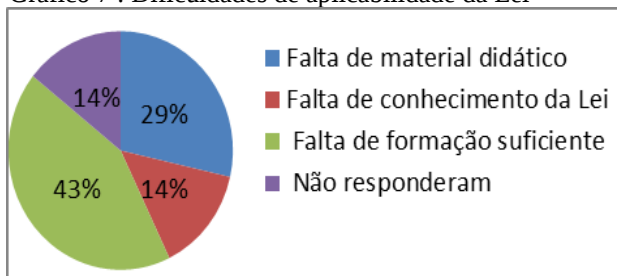
sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em especial em conteúdos de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. Outros 36% dos professores confirmam que só existe um único projeto em sua escola que permite a execução da lei, confirmando a falta de apoio por parte da direção. Atribui-se isso, segundo Roldão (2001, p. 114)

A organização estrutural da instituição escolar – que socialmente continua a configurar-se como instituição curricular, isto é, responsável pela garantia da apropriação de um conjunto de aprendizagens e sua organização – permanece concebida em torno dos seguintes princípios: homogeneidade, segmentação, sequencialidade e conformidade.

Dentro dessa estrutura os professores desempenham sua ação profissional com práticas docentes homogêneas, associadas à transmissão de um determinado conhecimento científico, em conformidade com a norma e o currículo concebido por outros; há segmentação, individualismo do trabalho docente e a sequencialidade no intuito de cumprimento sequencial de conteúdos programáticos.

No que se refere as dificuldades enfrentadas para cumprimento da lei apresenta-se o gráfico 7 que responde a questão 10: aponte as dificuldades e principais desafios para aplicação da lei 10639/03, no contexto escolar.

Gráfico 7 : Dificuldades de aplicabilidade da Lei



Fonte: ICD1 – Questionário Aplicado com Professores

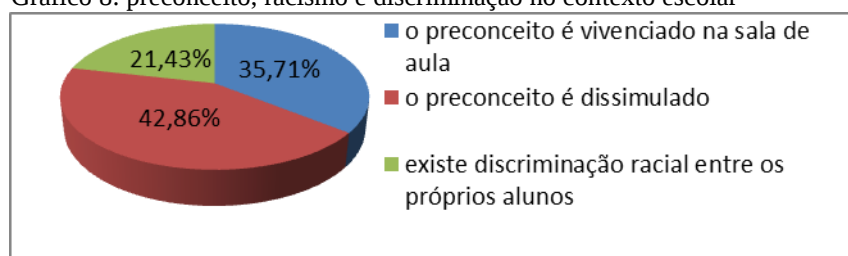
No resultado observa-se que 29% afirma que não dispõem de material didático que trate do assunto, impedindo de desenvolver atividades na sala de aula, 14 % respondeu que não ter conhecimento algum sobre o tema, mas iria estudar e buscar materiais sobre a lei para aprender trabalhar na sala de aula, 43% atribui essa dificuldade a falta de formação continuada suficiente, que consiga atender a maior parte dos professores da rede de ensino, e 14% não respondeu essa questão.

O trabalho de observação nos encontros de formação continuada evidenciou a postura da professora formadora, na tentativa de desvelar a ideologia que se faz presente na prática dos professores. A intenção era de que o próprio professor se sentisse estimulado a

construir novos conceitos

Na questão 11: Como você define preconceito, discriminação e racismo? Cite exemplos ou faça comentário de algo que já tenha presenciado ou vivenciado no seu ambiente escolar.

Gráfico 8: preconceito, racismo e discriminação no contexto escolar



Fonte: ICD1 – Questionário Aplicado com Professores

Das respostas dos 14 professores apareceram 8 vezes a palavra preconceito e outras 6 vezes nas demais perguntas. Pode-se então pensar que o preconceito é evidenciado pelos professores onde, em geral, não se reconhece o preconceito racial, bem como nas mais diversas expressões de manifestações preconceituosas como se observa no seguinte relato:

- Preconceito existe também quando a criança é gorda, na minha escola a maioria das crianças é loira, mas não acontece somente pela cor, há vários tipos de preconceitos não somente pela cor da pele. (P3)
- Portanto, frente ao preconceito os professores tendem quando instigados a enfrentar a situação, têm-se exemplos positivos relatados pelas professoras: no núcleo Itaquí Bacanga, Bairro que há muitos negros, o que ajudou muito na autoestima dos alunos foi o projeto Mojubá. Para que os alunos entendessem que as pessoas são iguais, e que suas culturas e tradições devem ser valorizadas, foi realizado através dos conteúdos de História, Geografia, Arte e Biologia. No decorrer do projeto os alunos começaram a ter orgulho de serem negros e no final do projeto alguns adolescentes já se autodeclaravam negros e com orgulho. Colegas que antes tinham preconceito começaram a se aproximar uns dos outros. (P 12)

Percebe-se que professores investigados já perderam certos pudores para falar no assunto e começaram a desvestir seus próprios preconceitos, admitindo sua limitação quanto ao conhecimento do assunto, porém rompendo com suas próprias dificuldades e buscando inovações para incorporarem no dia a dia da escola. Quando questionados sobre qual a sua maior dificuldade na aplicação da Lei? Destacam-se as respostas transcritas abaixo:

- A questão do preconceito que ainda hoje é vista como algo inaceitável para muitas pessoas, pois depende muito da forma que cada um encara essa realidade. (P13).
- As pessoas conhecem a Lei, mas não estão dispostas a cumprir, às vezes o preconceito é maior. (P11).
- Nenhuma, pois nunca tive preconceito ou discriminação com a cultura negra. (P1)

As respostas acima associadas às observações realizadas, como o relato escrito por professores durante a realização da pesquisa demonstram maturidade dos professores ao aprofundarem seus conhecimentos e aumento da percepção quanto às questões étnicas em sala de aula:

...uma professora que leciona Historia no 6º ano, relatou um problema com um aluno que não sabia ler aos 15 anos ele só decodificava, como ela estava fazendo o curso aqui e o menino era negro ela começou a investigar para ver se havia relação, além da leitura ele em sala de aula sempre perturbava fazendo muitas gracinhas, falando o tempo todo, ela conversou com a direção da escola que chamou a família do aluno e perguntou a mãe como ele era em casa, a mãe falou que ele era muito alegre, e era danado mesmo. Enfim, depois disso tomou a seguinte providência separou o aluno dos outros colegas e começou a fazer um trabalho individual, começou a investigar e descobriu que na verdade este comportamento era para se defender antes que eles o chamavam de buiu, mussum, escureto, etc., ele já começava apelidar os outros... (P2)

A escola deve estar atenta às diferenças que constituem a comunidade escolar. Ao analisar e observar o contexto, não se pode valorizar determinadas culturas em detrimento de outras. Ao implantar as diretrizes da Lei 10 630/03, deve-se ter a capacidade de discutir, estudar e revelar uma história que foi encoberta por interesses específicos de uma determinada parcela da população e que se tornaram insustentáveis diante do quadro de desigualdades do país.

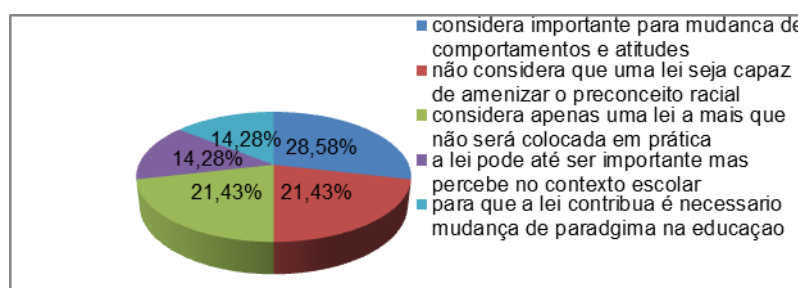
No curso de formação de professores, um dos temas abordados foi sobre o mito racial e ideologia, e uma professora fez um relato de um fato que ocorreu com seus alunos quando abordou o tema na sua sala de aula. O mito é muito forte e a escola reproduz o próprio sistema. Uma professora de língua portuguesa comentou que ao trabalhar a questão da igualdade em sala um dos alunos falou:

“Quando eu crescer vou me casar com uma negra bem ‘bundudinha’.” uma criança branca que falou, e logo em seguida uma criança negra falou. “Pois eu vou casar com uma menina bem loirinha, bem branquinha, pois chega de negro em casa: meu pai é negro, meus irmãos são negros só minha mãe é branca”. (P14)

Como os adolescentes ainda não sabem o que está por trás de seu comportamento, na sua ingenuidade eles expressaram a ideologia do branqueamento e o outro o imaginário do erotismo e da sexualidade que envolve a mulher negra, esse fato aconteceu em turma do 6º ano.

E prosseguindo a análise dos dados, na questão 12 pergunta-se: Você considera importante a Lei 10639/03 para amenizar o preconceito e a discriminação racial no contexto escolar? Justifique.

Gráfico 9 : Importância da lei 10639/03 para amenizar o preconceito racial



Fonte: ICD1 – Questionário Aplicado com Professores

As respostas dada a essa questão estão representadas no gráfico acima e logo abaixo se coloca algumas transcrições do questionário que são relevantes para compreensão da importância da lei 10639/03.

Sim, porque através dos conteúdos que preconiza a lei ajuda no nosso trabalho em sala de aula para que possamos adotar comportamentos de respeito e tolerância diante dos alunos e da comunidade escolar. (P13)
Não é uma lei que vai diminuir a discriminação e o preconceito no contexto escolar, o que deve mudar é o comportamento das pessoas (P12)

O preconceito racial para diminuir ou amenizar no Brasil, precisa mais do que uma lei exige mudança de atitude e comportamento na sociedade como um todo e a escola deve contribuir para que aconteça. (P7)

Nota-se pela resposta dos sujeitos investigados, que não existe um consenso geral em relação à importância da lei visando à amenização do preconceito e da discriminação no contexto escolar. Percebe-se ainda que parte dos professores já não acredita em mudança

principalmente quando se trata de lei, assim temos como resultado: 28,58% considera importante para a mudança de comportamentos e atitudes, 21,43% não considera que uma lei seja capaz de amenizar o preconceito racial, 21,43% considera apenas mais uma lei que não será colocada em pratica, 14,28% afirma que a lei pode até ser importante mais não percebe sua aplicação no contexto escolar e 14,28% considera que para que a lei contribua é necessário que haja mudança de paradigma na educação.

E no último bloco de questões sobre a formação continuada nas questões de 13 a 16, onde se discute a importância da formação continuada, as mudanças ocorridas nas praticas pedagógicas a partir de estudos sobre a questão etnicorracial, experiências e sugestões para formação continuada e para responder a essas questões, na questão 13 solicita-se que o professor comente a importância de participar dessa formação continuada, na 14 pergunta-se o que mudou ou esta proporcionando na sua pratica pedagógica com a participação em estudos voltados para questão etnicorracial, na questão 15, você gostaria de ressaltar alguma experiência exitosa no cotidiano escolar com relação à questão etnicorracial? Qual? E na questão 16 Quais suas sugestões para que realizemos com eficácia a formação de professores com objetivo de favorecer uma educação de caráter emancipatório voltado para a valorização do ser humano.

Antes de participar da formação continuada eu tinha outra ideia a respeito da lei, e nem sabia como colocar em pratica, agora me sinto mais segura pra trabalhar na sala com meus alunos. (P6)
Já desenvolvi vários projetos na escola que trabalho, mas realmente pensava que só o dia da consciência negra era importante nesse contexto, agora compreendo que o que tem que ser trabalhado e o conteúdo só que de forma que se possa desmistificar a imagem da África. (P4)

Os professores acrescentaram algumas discussões para encaminhamento das questões étnico-culturais na escola:

- Que a lei seja realmente aplicada e não seja só mais uma das tantas existentes no nosso país;
- Sugiro que o pessoal de “luta” que está à frente desses grupos antirracistas façam palestras nas escolas, pois, por mais que nós professores realizemos o trabalho voltado a essas questões ainda é pouco.
- Que o professor tenha um tempo destinado na escola para a sua formação continuada (sendo ele contratado ou efetivo), para que o estudo seja mais aprofundado;

- Ter contato, através de cursos, palestras, com pessoas que conhecem e tem maior conhecimento da lei 10 630/03.

Ao analisar as questões acima se conclui que o trabalho de formação continuada é relevante ao tratar da educação antirracista, dando ênfase à importância da Lei 10 639/03 e sua implantação, mas por si só não gera transformação. São as pessoas e suas ações que fazem as mudanças acontecerem. Pois, a percepção dos professores resgata a sua trajetória somando com as novas informações, nesse caso favorece ou não no resultado de novos conceitos, o qual dependerá do grau de sensibilidade e suscetibilidade quanto à problemática que se propõe estudar.

Em relação ao curso de formação continuada oferecido pela SEMED os professores que participaram nas suas respostas, comentaram sobre as mudanças ocorridas em suas práticas pedagógicas em decorrência da participação nos encontros de formação e elencaram alguns itens como: aprofundamento teórico; troca de experiências; percepção das manifestações de racismo, discriminação e preconceito em sala de aula, alterando a forma de agir, pensar e falar; estímulo à sensibilidade, proporcionando maior habilidade quando se detectam atitudes de racismo, discriminação e preconceito; propiciou mudança de postura na convivência com as diferenças, revela ainda a necessidade de uma formação cultural voltada ao reconhecimento e ao respeito das diferenças. Isso contribui para a mudança de posturas e a alteração de valores, abrindo caminho para que a educação engendre perspectivas menos individualistas, reordenando a compreensão de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerar um trabalho concluído é pretender dar um ponto final às questões levantadas. Não é o caso desta pesquisa que deixa novas indagações e investigações. A constante inquietação de investigar a realidade sobre a formação de professores para a diversidade etnicorracial delineou esta pesquisa.

Nesta perspectiva, cabe refletir sobre qual é o papel e a contribuição da escola nesse processo? Até que ponto a formação dos professores interfere no avanço ou não das discussões sobre preconceitos, discriminações? As práticas docentes estão de acordo com o que propõe a lei e as necessidades dos alunos e da sociedade?

A educação na perspectiva das relações étnicorraciais implica em concepções que

requer mudanças na formulação de conceitos, valores, atitudes que, por sua vez, exigem uma retomada do processo de formação. As percepções dos professores quanto às questões de racismo, discriminação e preconceito na escola varia de acordo com as experiências de cada um, porém, constata-se que a formação inicial, de modo geral, não habilita o professor a uma tomada de consciência crítica. A pesquisa revela a resistência de professores em mudar seus valores e romperem seus paradigmas.

O diálogo com os professores deixou transparecer que, enquanto não houver interação nos processos de formação continuada confrontando as experiências reais com as práticas pedagógicas e todo o contexto escolar, não haverá mudanças estruturais na escola nem a melhora na qualidade do ensino e o atendimento às exigências de uma educação étnico-cultural. Verificou-se que a formação continuada a partir das exigências da Lei 10.639/03 não devem simplesmente sanar ou suprir lacunas da formação inicial dos professores. A Lei exige muito mais e requer uma vinculação entre a teoria e a prática e uma autorreflexão crítica que explicita os pressupostos assumidos e suas implicações teóricas, práticas e políticas.

Mediante as hipóteses levantadas algumas foram confirmadas e outras refutadas. Contesta-se que o grande número dos professores conhece a lei, estes tem conhecimento, porém não sabem como colocar em prática. Comprovou-se que há conflitos étnicorraciais no âmbito educacional. Constatou-se que as formações oferecidas pela rede municipal, não atende a demanda por ser disponibilizada apenas para uma minoria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parecer nº 03/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/CNE/CEB

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**, Brasília, MEC, 2004.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, 20 de novembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

_____. **Lei n.10.639**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BERNARDINO. Joaze. **Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, n. 2, p. 247-273, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n2/a02v24n2.pdf> >. Acesso em: 12 abr. 2013.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Trad. Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004

GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petrolina Beatriz. (Org.). **O desafio da diversidade.** In: Experiências étnicas culturais para formação de professores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história,** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnica de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e análise de dados.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

ROLDÃO, Maria do Céu. A mudança anunciada da escola ou um paradigma de escola em ruptura? In: ALARCÃO, Isabel (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernandes; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodología de la investigación.** Chile: McGraw Hill, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições em questão racial no Brasil – 1870-1930.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.